Congresso do setor mineral discute questões ambientais e lança ‘Carta Santarém’ rumo à COP30

O encontro reuniu mineradoras, representantes do poder público, especialistas e instituições de pesquisa para discutir o papel do setor diante da agenda climática global — Foto: AD Produções/Simineral

Documento simboliza compromisso do Pará em alinhar mineração, sustentabilidade e governança ambiental.

Santarém, no oeste do Pará, sediou nesta terça-feira (16) o terceiro congresso técnico promovido pelo Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará (Simineral), em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). O encontro reuniu mineradoras, representantes do poder público, especialistas e instituições de pesquisa para discutir o papel do setor diante da agenda climática global, em preparação para a COP30, que acontecerá em Belém, em novembro.

Entre os temas debatidos estiveram descarbonização, minerais críticos, governança socioambiental e a consulta prévia às populações tradicionais. O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual participaram dos painéis, reforçando a importância de acompanhar os impactos da mineração na região.

Um dos pontos altos foi a assinatura da Carta Santarém, documento que consolida compromissos do setor mineral com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A iniciativa prevê a criação de um banco de dados estratégicos sobre a mineração no

Pará, voltado a subsidiar políticas públicas, pesquisas e práticas empresariais alinhadas à preservação ambiental e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

De acordo com o secretário adjunto da Semas, Rodolpho Zahluth, a carta materializa um diálogo de mais de um ano entre governo e setor produtivo. Ele destacou que a proposta inclui ações de restauração florestal e maior transparência sobre os impactos sociais e ambientais das empresas. Já o presidente do Simineral, Anderson Baranov, ressaltou que a mineração precisa gerar benefícios não apenas econômicos, mas também sociais, envolvendo comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Para o Ministério Público Federal, a carta surge como um passo importante no contexto da COP30, mas deverá ser acompanhada de perto para garantir resultados efetivos na melhoria dos padrões de atuação do setor.

Com o documento, o Pará busca se posicionar como referência internacional em governança mineral, conciliando desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e preservação da floresta amazônica. A Carta Santarém é vista como um marco para que a mineração no Estado avance de forma mais equilibrada, transparente e sustentável.

De forma prática, o Simineral compromete-se a coletar e consolidar os dados das associadas, atualizar periodicamente o banco de informações e garantir a confidencialidade e segurança dos dados. Já o Estado, por meio da Semas, compromete-se a utilizar essas informações apenas para fins de formulação e monitoramento de políticas públicas, apoiar ações de capacitação e estimular a adesão de outros setores ao modelo.

Fonte: G1 Santarém e Região e TV Tapajós – PA e Publicado Por: https://www.adeciopiran.com.br em 16/09/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog

https://www.adeciopiran.com.br (93) 98117 7649/ e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com